

Os caminhos do Patrimônio no Brasil. LIMA FILHO, Manuel Ferreira & BEZERRA, Márcia (Orgs.) Goiânia, Editora Alternativa, 194p. 2006.

Resenhado por Luciane Monteiro Oliveira
Pesquisadora do Museu de Arqueologia e
Etnologia Americana
Universidade Federal de Juiz de Fora

As novas dimensões e retóricas acerca do patrimônio, seja material, imaterial e natural, têm conduzido pesquisadores de áreas diferentes a intensivos debates e reflexões sobre os conceitos que os envolvem e os projetos políticos e sociais que abrangem a sociedade como um todo no que tange as formas de apropriação e ressignificação. No interior destas cogitações e ponderações foram traçados *Os caminhos do Patrimônio no Brasil*, obra organizada por Manuel Ferreira Lima Filho e Márcia Bezerra. A coletânea é composta por dez artigos divididos em duas perspectivas vitais nas discussões sobre o patrimônio: a Antropológica e Arqueológica. A proposta dos organizadores e de seus colaboradores é apresentar as diferentes vias e métodos de perceber e conceber o patrimônio no complexo cultural brasileiro. A metáfora do caminho perpassa por uma seleção de "itinerários" e movimentos em vários lócus e contextos, soando como um convite ao leitor para empreender conjuntamente essa jornada. O trajeto inicia nas cidades históricas, passando por territórios dos povos da floresta. Novamente, somos reconduzidos à cidade moderna apresentadas pelas crianças da periferia para encontrarmos nas ações culturais de educação patrimonial a possibilidade de realizarmos o teatro das memórias sociais e naturais. Em seguida, degustamos os sabores da culinária nos limites das fronteiras e espaços de comunidades remanescentes de quilombos. O salto para a Arqueologia inicia no movimento das águas, as quais necessitam não só transpor com o emprego de no-

vas ferramentas, mas também mergulhar em suas profundidades de modo a resgatar no imaginário "os tesouros patrimoniais". Essa imersão prescinde de uma prudência que perpassa pela adoção de uma ação educativa inerente ao profissional da Arqueologia no compasso da execução e audição musical na relação com a gestão do patrimônio cultural.

O ponto de partida é o texto de Manuel Ferreira Lima Filho, *Cidades Patrimoniais e Identidades Nacionais: questões antropológicas na perspectiva comparativa entre o Brasil e Estados Unidos*. O autor é professor coordenador do Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural na Universidade Católica de Goiás e Professor Visitante na Universidade de Harvard e no Instituto Smithsonian. Atualmente coordena o Grupo de Trabalho Permanente sobre o Patrimônio Cultural na Associação Brasileira de Antropologia, que tem oferecido importantes contribuições e reflexões sobre o tema. Numa perspectiva da Antropologia do Patrimônio, o autor situa as cidades de Ouro Preto, Brasil e Williamsburg, Estados Unidos enquanto objeto cultural e efetua uma análise comparativa com o propósito de perceber como são construídas as identidades nacionais. Ao longo do texto foi traçado um histórico das políticas patrimoniais adotadas e exercidas no Brasil e Estados Unidos com o intuito de circunscrever as cidades em seus respectivos contextos. Por fim, o ensaio chama a atenção para a perspectiva antropológica como método de análise do tema, cujas categorias são a nação, a cidade e grupos étnicos, sociais, políticos ou religiosos que dão feição à cidade patrimonial.

Com o propósito de vindicar uma reestruturação da noção de patrimônio, quando este se refere aos territórios de populações tradicionais como os povos da floresta, Jane Felipe Beltrão manifesta sua preocupação no que tange as políticas públicas adotadas pelo Estado. Intitulado *Patrimônio(s) Olvidado(s) ou...*

Territórios Tradicionais como Patrimônio Cultural, o texto foi produzido no âmbito dos projetos de pesquisa, ao qual a autora está envolvida na Universidade Federal do Pará. Constata uma lógica estatal hegemônica de eliminação das diferenças culturais sob a égide do crescimento e desenvolvimento econômico. Para ilustrar essa práxis apresenta dois exemplos de empreendimentos de grande porte que acarretaram grandes impactos, diretos e indiretamente sobre o território das populações, que sequer foram consideradas. A concepção de território entre as duas esferas é totalmente distinta, porém com a predominância da lógica dos detentores do poder. As populações ficam, assim, alijadas de todo o processo e tampouco usufruem das "benesses" propagadas pelo arauto do desenvolvimentismo, ocorrendo muitas vezes um agravamento das condições sócio-econômicas e posterior segregação territorial.

A partir do olhar de um Gestor do Patrimônio Cultural, o artigo *Goiânia e o Patrimônio Cultural das Crianças* de autoria de Ronaldo Rosa dos Santos, tem como foco a Antropologia das Cidades numa perspectiva das crianças, consideradas como produtoras de cultura. Em uma situação de interação, a preocupação do autor foi perceber como as crianças elaboram as representações simbólicas da cidade onde vivem expressas na linguagem dos desenhos. O que se observou na análise dos grafismos é que a cidade é re(apresentada), numa apropriação de seus sentidos e da inter-relação estabelecida entre as crianças e a cidade. As crianças foram consideradas como atores sociais e negociadoras da própria realidade social. Os resultados obtidos indicaram que as mesmas percebem o patrimônio numa perspectiva social em contraposição ao estabelecido pelos agentes públicos promotores da ideologia estatal, o que implica numa dissociação do que é partilhado por grande parte da comunidade.

Visando ampliar os horizontes sem limitações e ou circunscrições de abordagem o antropólogo da Universidade Federal do Maranhão, Alexandre Fernandes Corrêa, lança novas possibilidades na compreensão dos processos do patrimônio e da memória em *Teatro das Memórias Sociais e do Patrimônio Cultural: a educação patrimonial em perspectiva*. O autor encontra nos fundamentos da Teoria Crítica a possibilidade de empreender sua pesquisa. Parte do pressuposto de que as ações culturais estão fundamentadas na afetividade e na dimensão coletiva das sensações. Assim para intermediar as subjetividades, Corrêa inscreve a Mitologia Grega com o intuito de emergir as sensibilidades e promover o diálogo com a comunidade e o estabelecido pelas políticas estatais. Numa interpretação freudiana do recalque, analisa a questão patrimonial da diversidade da população brasileira, historicamente excluída, negada e reprimida, em estado de latência nos recônditos da memória, promovida pelo Estado Nacional, como estado psíquico recalçado ou reprimido. Para superação dessa condição urge uma reelaboração das memórias de modo a ultrapassar e reconduzir o teatro das memórias sociais e naturais por seus próprios agentes.

Maria Eunice Maciel, Professora no Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos convida a experimentar *Os sabores do Patrimônio*, no qual estabelece a cozinha como patrimônio cultural e elemento de identidade de um povo ou cultura. *Expert* em Antropologia da Alimentação, a autora demonstra que a cozinha e a culinária constituem vetor de comunicação, pois a partir dela é possível identificar o povo, seus ritos e mitos, nos atributos organizacionais, sociais, econômicos e simbólicos. A culinária é compreendida como aspecto dinâmico em constante transformação e a cozinha serve como parâmetro na demarcação de territórios e lugares, além de ser um código de reconhecimento social. Neste contex-

to são discutidas as noções de tradição e tradicionalidade, contrapondo a idéia de uma "pureza original" ou "autenticidade" à dinâmica e transformação constante. A autora exemplifica o caso do chimarrão e churrasco gaúcho em que foram regulamentados não as técnicas e os ingredientes, mas os saberes que o cercam.

Em *Quilombos e fronteiras da Antropologia*, Eliane Cantarino O'Dwyer inicia uma discussão sobre o termo quilombo que na atualidade ganha novas conotações no panorama de reconhecimento dos direitos territoriais aos remanescentes, garantidos na Constituição de 1988. Esse fato colocou em cena a Antropologia como disciplina, capaz de verificar no presente grupos étnicos com formas de organização social que persistiram ao longo da história. A autora comenta também sobre a pouca contrastividade das comunidades quilombolas no Brasil em relação a outras comunidades rurais. Tal percepção ocorre numa análise comparativa entre Brasil, Suriname e Caribe. Entretanto, o que vai importar é a própria conceituação de quilombo que a comunidade elaborou, bem como os critérios de pertencimento territorial e as relações estabelecidas com o espaço, tanto territorial, quanto social e imaginário. Em outro momento de seu texto, a antropóloga apresenta a situação de uma comunidade que teve parte de seu território delimitado pelo Estado com vistas à criação de uma Área de Proteção Ambiental. Este exemplo demonstra uma concepção estreita acerca do conceito de meio ambiente, além de acentuar a inexistência de dialogicidade por parte dos agentes do Estado que estabelece regras e normas de controle do espaço, impedindo a comunidade organizada naquele ambiente de interagir em seu espaço.

Tomando o curso da Arqueologia, Solange Bezerra Caldarelli, em *O Estudo Integrado de Bacias Hidrográficas (EIHB): um novo caminho para orientar*

ações relativas ao patrimônio arqueológico, pretende discutir instrumentos inovadores para licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos, a partir do caso experimentado na região do Sudeste Goiano, na bacia do rio Paranaíba. Com base neste estudo a autora aponta alguns padrões que possibilitam a verificação do potencial arqueológico da região, bem como o grau de preservação e o significado dos vestígios no âmbito regional e nacional. Os exemplos vão desde a pesquisa de dados do patrimônio local e fontes documentais à classificação dos sítios. Ressalta também a necessidade de realização de prognósticos sobre as potencialidades do patrimônio arqueológico, bem como diagnósticos efetuados para o empreendimento. A autora ao fazer uma avaliação geral dos impactos agregados aos gerados pela hidrelétrica, propõe diretrizes para os Estudos Arqueológicos elaborados e aponta as fragilidades do IPHAN na gestão e salvaguarda do patrimônio.

Continuando a travessia arqueológica, Gilson Rambelli, Diretor de Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e Subaquática, aprofunda em *Reflexões sobre o Patrimônio Cultural Subaquático e a Arqueologia*, discutindo a problemática da Lei Federal que compreende os vestígios arqueológicos subaquáticos enquanto objeto de valor monetário e comercializável. O seu caráter de patrimônio arqueológico esmaece numa perspectiva estática, presente não só na legislação, mas também na gênese da própria disciplina, que estabelece o patrimônio cultural pela sua localização. A despeito do alto grau de conservação dos vestígios submersos, um dos grandes problemas que a Arqueologia Subaquática enfrenta está presente no imaginário coletivo forjado historicamente na caça ao tesouro. Imaginário vigente numa legislação que permite a formação de uma indústria perversa em detrimento do conhecimento científico. Outro ponto que fragiliza a Arqueologia Subaquática é a relação

interna dos próprios colegas arqueólogos, muitos dos quais considera pouco relevante as pesquisas na água.

Jorge Najjar e Rosana Najjar discutem a relação entre Educação e Arqueologia e o papel educativo do IPHAN. O conceito de educação pautado pelo pensamento de Gramsci, em que "todos somos educadores", amplia a perspectiva de educação, extrapolando o âmbito escolar. No entanto, nem todos assumem o papel de educar, apesar de algumas instituições e profissionais de diferentes áreas do saber realizarem e desenvolverem atividades educativas, como é o caso dos arqueólogos e do IPHAN. Segundo os autores, o caráter educador dos arqueólogos está na interrelação que estabelecem no mundo e com o mundo. Porém o profissional só é educador de fato, quando assume este papel enquanto tarefa política e ideológica, no sentido proposto por Adorno de combater às inúmeras formas de barbárie. Neste contexto, a arqueologia é uma ciência que pode possibilitar esse combate demonstrando a diversidade dos sujeitos da História do Brasil e as diferentes formas de vida existentes. No caso do IPHAN, há pouca apropriação do que é produzido pelos arqueólogos, no sentido político de colaborar para o ethos nacional. O que ocorre é uma omissão e/ou negação, fortalecendo, outrossim, uma ideologia étnica que desconsidera a diversidade. Para romper com isso, os arqueólogos e o IPHAN precisam assumir o papel de educador, na medida em que são agentes políticos portadores de uma memória e patrimônio diverso e plural.

K. Anne Pyburn e Márcia Bezerra em *Arqueologia Pública em 5 Tempi: refle-*

xões sobre o Workshop 'Gerenciamento do Patrimônio Cultural' – Goiânia, Brasil, pretendem repensar as estratégias e perspectivas da gestão do patrimônio arqueológico no Brasil. A partir dos temas suscitados no workshop, foi possível observar a relação do público com o patrimônio arqueológico, exercendo a essência da Arqueologia Pública. Na polifonia de interlocutores foi se criando uma harmonia, possibilitando ritmar o diálogo, conforme o tempo musical, considerando as pulsações, reações e sentimentos metaforicamente. O primeiro tempo, *Largo*, consistiu em um período de observação de ambas as partes e familiarização do grupo, buscando o entendimento não só do tema, mas entre si. No segundo momento, *Andante*, emergiu as inquietações e a busca de soluções imediatas para as problemáticas suscitadas. Em *Allegro*, foram feitas proposições e trocas de idéias, experiências e perspectivas singulares de cada sujeito envolvido no processo. Posteriormente, *Vivace* consistiu na intensidade da compreensão da Arqueologia e as questões pertinentes ao patrimônio arqueológico. No *Presto* ocorreu uma sistematização dos temas e questões debatidas ao longo da audição do curso, em que o ouvir foi muito importante para todos os participantes.

Como podemos perceber são múltiplos e complexos os caminhos do patrimônio no Brasil, bem como as formas de condução que nos guia nesse emaranhado de vias. O valor da obra está em apresentar ao público algumas reflexões e a necessidade de se percorrer esses caminhos, alguns pavimentados e outros necessitando de desbravadores, que se empenhem em enveredar por trilhas ainda desconhecidas ou obscuras.